

LUÍS A. CARVALHO FERNANDES  
*Professor Jubilado da Faculdade de Direito  
da Universidade Católica Portuguesa*

# TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

VOL. I

INTRODUÇÃO  
PRESSUPOSTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

6.<sup>a</sup> edição  
revista e actualizada



UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA  
Lisboa 2012

## BIBLIOGRAFIA DO AUTOR

### DIREITO CIVIL / TEORIA GERAL

- *Téoria Geral do Direito Civil*, lições pol., 4 vols., Lisboa, 1974-1981
- *Téoria Geral do Direito Civil*, 2 vols., AAFDL, 1.ª ed., Lisboa, 1983; vol. I, 2.ª ed., LEX, Lisboa, 1995, vol. II, 2.ª ed., LEX, Lisboa, 1996; UCE, vols. I e II, 3.ª ed., Lisboa, 2001; 4.ª ed., vol. I e II, UCE, Lisboa, 2007, 5.ª ed., vol. I, UCE, Lisboa, 2009; 5.ª ed., vol. II, UCE, Lisboa, 2010
- *Simulação. Direito de Preferência. Abuso do Direito*, sep. RDES, ano XXX, III, 2.ª s., n.º 2, Lisboa, 1988
- *Erro na Declaração*, sep. *O Direito*, ano 120, 1988, I-II
- *Simulação e Tutela de Terceiros*, sep. *Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha*, Lisboa, 1989
- *A Prova da Simulação pelos Simuladores*, sep. *O Direito*, ano 124.º, 1992, IV
- *A Conversão dos Negócios Jurídicos Cíveis*, dissertação de doutoramento, QUID JURIS, Lisboa, 1993
- *Convertibilidade ou Redutibilidade do Contrato-Promessa Bilateral assinado apenas por um dos Contraentes*, sep. RDES, ano XXXV, VIII, 2.ª s., n.ºs 1-4, 1993
- *Le Droit portugais des associations*, in *Le Droit des Associations*, vol. II, Commission des Communautés Européennes/Éditions Lamy
- *As Pessoas Colectivas em geral e no Direito Privado*, em *Pessoa Colectiva*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, vol. VI, Lisboa, 1994
- *Nulidade Atípica do Contrato-Promessa por Vício de Forma*, sep. RDES, ano XXXIX, XII, 2.ª s., n.ºs 1-2-3, 1997
- *Valor do Negócio Jurídico Dissimulado*, sep. *O Direito*, ano 129.º, 1997
- *Alcance do regime do art. 32.º-A do Código de Processo Tributário e a simulação fiscal*, in *Direito e Justiça*, vol. XIII, T. 2, 1999
- *A posição dos preferentes perante o negócio simulado*, sep. *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Professor João Lumbrals*, Coimbra Editora, 2000
- *A definição de morte – transplantes e outras utilizações do cadáver*, sep. *Direito e Justiça*, vol. XVI, T. 2, 2002; «Estudos de Direito da Bioética», Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Almedina, 2005, págs. 61 e segs.
- *A Nova Disciplina das Invalidades dos Direitos Industriais*, sep. *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 63, I/II – Lisboa, Abril 2003; sep. *Direito Industrial* – vol. IV, FDL, «APDI – Associação Portuguesa de Direito Intelectual», Almedina, Coimbra, 2005
- *Estudos sobre a simulação*, QUID JURIS, Lisboa, 2004
- *A Admissibilidade do Negócio Fiduciário no Direito Português*, in *Estudos sobre a simulação*, QUID JURIS, Lisboa, 2004; sep. in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves*, Vol. II, STVDIA IVRIDICA, 91, BFDUC, Coimbra Editora, 2009, págs. 225 e segs.
- *A representação dos associados nas assembleias gerais das associações*, sep. *Estudos em Homenagem «Centenário do Nascimento do Professor Paulo Cunha»*, Almedina, 2012, págs. 641 e segs.

### Em curso de publicação

- *Breves notas sobre a excepção material*

### Em Preparação

- *O Apadrinhamento Civil. Breves Notas*

### DIREITO COMERCIAL / FALÊNCIA-INSOLVÊNCIA

- *Sentido Geral dos Novos Regimes de Recuperação da Empresa e de Falência*, sep. *Direito e Justiça*, vol. IX, T. I, 1995
- *Efeitos Substantivos da Declaração de Falência*, sep. *Direito e Justiça*, vol. IX, T. 2, 1995

- *O Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência; Balanço e Perspectivas*, sep. RDES, ano XXXIX, XII, 2.ª s., n.ºs 1-2-3, 1997
- *Natureza do Prazo para o Insolvente Requerer a Falência*, sep. RDES, ano XXXIX, XII, 2.ª s., n.ºs 1-2-3, 1997
- *O novo regime da inibição do falido para o exercício do comércio*, in *Direito e Justiça*, vol. XIII, T. 2, 1999
- *O regime das empresas em crise no direito Português*, sep. *Il Diritto Fallimentare e delle Società Commerciale*, Annata LXXIVª – Novembro-Dicembre 1999 – n.º 6
- *Repercussões da Falência na Cessaçã do Contrato de Trabalho*, sep. *Estrato da Il Diritto Fallimentare e delle Società Commerciali*, Annata LXXVIª – Marzo-Aprile, 2001, n.º 2, sep. *Estudos do Instituto de Direito do Trabalho*, IDT, IDTFDUL, Almedina, 2001
- *El código de la insolvencia y de la recuperaci3n de empresas en la evolucion del r3gimen de la quiebra en el Derecho portugu3s*, in *El Concurso de Sociedades en el Derecho Europeo (una experiencia comparada)*, Monografia n.º 1/2004 (Asociada a la Revista de Derecho Concursal y Paraconcursal da RCP), La Ley
- *Profil general del nuevo regime dell'insolvenza nel diritto portoghese*, sep. *Il Diritto Fallimentare e delle Società Commerciale*, Annata LXXIXª – Novembro-Dicembre 2004 – n.º 6
- *Efeitos da declaraçã de insolvência no contrato de trabalho segundo o Código da Insolvência e da Recuperaçã de Empresas*, sep. in RDES, Ano XLV (XVIII da 2.ª Série), n.ºs 1, 2 e 3, págs. 5 e segs.
- *La exoneraci3n del pasivo restante en la insolvencia de las personas naturales en el derecho portugu3s*, in *Revista de Derecho Concursal y Paraconcursal*, n.º 3/2005, págs. 379 e segs.
- *O Código da Insolvência e da Recuperaçã de Empresas na Evoluçã do regime da falência no Direito Português*, sep. *Estudos em Mem3ria do Professor Doutor Ant3nio Marques dos Santos*, vol. I, Almedina, 2005, págs. 1183 e segs.
- *A Qualificaçã da Insolvência e a Administraçã da Massa Insolvente pelo Devedor*, sep. *THEMIS, Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ed. especial, *Novo Direito da Insolvência*, 2005, págs. 81 e segs.

#### **Em co-autoria com Dr. João Labareda**

- *Código dos Processos Especiais de Recuperaçã da Empresa e de Falência Anotado*, QUID JURIS, 1.ª ed., Lisboa, 1994, 2.ª ed., Lisboa, 1995, 3.ª ed., Lisboa, 1999, e 3.ª ed., reimp., Lisboa, 1999, 3.ª ed., 2.ª reimp., Lisboa, 2000
- *Insolvências Transfronteiriças, Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho, Anotado*, QUID JURIS, Lisboa, 2003
- *Código da Insolvência e da Recuperaçã de Empresas Anotado*, vol. I (Arts. 1.º a 184.º), QUID JURIS, Lisboa, 2005, reimp., Lisboa, 2006
- *Código da Insolvência e da Recuperaçã de Empresas Anotado*, vol. II (Arts. 185.º a 304.º), QUID JURIS, Lisboa, 2005, reimp., Lisboa, 2006
- *Código da Insolvência e da Recuperaçã de Empresas Anotado*, nova ed., revista e actualizada, QUID JURIS, Lisboa, 2008, reimp., 2009
- *Regime Particular da Insolvência dos Cônjuges*, in *Estudos Comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, vol. II, Almedina, 2008, págs. 705 e segs.; in *Revista de Derecho Concursal y Paraconcursal*, n.º 9, 2008, págs. 353 e segs.
- *Colectânea de Estudos Sobre a Insolvência*, QUID JURIS, Lisboa, 2009
- *A Situaçã dos Accionistas Perante Dívidas da Sociedade An3nima no Direito Português*, in *Direito das Sociedades em Revista*, Setembro 2010, Ano 2, vol. 4, Semestral, Almedina, págs. 11 e segs.
- *O Regime Jurídico do Direito à Reforma dos Administradores a Cargo das Sociedades An3nimas*, sep. in *Revista de Direito das Sociedades*, Ano II (2010), 3 e 4, Almedina, págs. 531 e segs.
- *De Volta à Temática da Apensaçã de Processos de Insolvência (Em especial, a situaçã das sociedades em relaçã de dom3nio ou de grupo)*, in *Direito das Sociedades em Revista*, Ano 4, Vol. 7, Março 2012, págs. 133 e segs.

#### **Em curso de Publicaçã**

- *A Reclamaçã, Verificaçã e Gradaçã de Cr3ditos em Processo de Insolvência*

#### **Em co-autoria com Professor Doutor Paulo Olavo Pitta e Cunha**

- *Assunçã de dívida alheia. Capacidade de gozo das sociedades an3nimas. Qualificaçã de neg3cio jurídico*, sep. *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 57, II – Lisboa, Abril 1997

#### **DIREITO DAS OBRIGAÇ3ES**

- *A Te3ria da Imprevisã no Direito Civil Português*, sep. BMJ, n.º 188, Lisboa, 1963, reimp. c/ Nota de Actualizaçã, QUID JURIS, Lisboa, 2001
- *Imprevisã*, in *Dicionário Jurídico da Administraçã P3blica*, vol. V, Lisboa, 1993
- *Da Subempretada*, sep. *Direito e Justiça*, vol. XII-1998, T. 1

- *Efeitos do registo da acção de execução específica do contrato-promessa*, sep. *Estudos Dedicados ao Prof. Doutor Mário Júlio de Almeida Costa*, UCE, 2002, págs. 933 e segs.
- *O regime registal da impugnação pauliana*, sep. *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, vol. II, Almedina, 2002
- *Da determinação da prestação por terceiro*, in *Estudos dedicados ao Professor Mário Fernando de Campos Pinto*, vol. II, *Liberdade de Compromisso*, UCE, Lisboa, 2009, págs. 213 e segs.

### DIREITO DAS SUCESSÕES

- *Da Sucessão dos Parentes Ilegítimos*, dissertação no Curso Complementar de Ciências Jurídicas, Coimbra, 1963
- *Lições de Direito das Sucessões*, QUID JURIS, 1.ª ed., Lisboa, 1999, 2.ª ed., Lisboa, 2001; 2.ª ed., reimp., Lisboa, 2004; 3.ª ed. rev. e act., Lisboa, 2008
- *Legados per vindicationem e per damnationem: que sentido no moderno direito sucessório português?*, sep. *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles*, vol. I, Almedina, 2003
- *Da Sub-rogação dos credores do repudiante*, in *Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977*, Vol. I, *Direito da Família e das Sucessões*, Coimbra Editora, 2004, págs. 961 e segs.
- *Interpretação do testamento*, in *Homenagem da Faculdade de Direito de Lisboa ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, 90 anos*, Almedina, 2007, págs. 719 e segs.
- *Da Aceitação da Herança pelos Credores do Repudiante – Regime, Fundamento e Natureza Jurídica*, QUID JURIS, Lisboa, 2010.

### DIREITO PROC. CIVIL / TRIB. ARBITRAL

- *Cláusula Compromissória e Compromisso Arbitral. Capacidade. Forma. Objecto. Conteúdo*, pol., Lisboa, 1961
- *Dos recursos em processo arbitral*, sep. *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Raúl Ventura*, vol. II, Coimbra Editora, 2003
- *Repercussões do novo regime dos recursos cíveis no processo arbitral – Breves Notas*, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha*, vol. III, *Direito Privado, Direito Público e Vária*, Almedina, 2010, págs. 209 e segs.

### DIREITOS REAIS

- *Lições de Direitos Reais*, QUID JURIS, 1.ª ed., Lisboa, 1996, 2.ª ed. rev. e act., Lisboa, 1997, 2.ª ed., reimp. Lisboa, 1999, 3.ª ed., act. e aum., 1999, 3.ª ed., reimp., Lisboa, 2000, 3.ª ed., 2.ª reimp., Lisboa, 2001, 4.ª ed., rev. e act., Lisboa, 2003, 4.ª ed., reimp., Lisboa, 2004, 4.ª ed., 2.ª reimp., Lisboa, 2005, 4.ª ed., 3.ª reimp., Lisboa, 2006; 5.ª ed., rev. e remod., Lisboa, 2007; 6.ª ed., act. e rev., Lisboa, 2009
- *Terceiros para efeitos de registo predial*, sep. *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 57, III – Lisboa, Dezembro 1997
- *A Tutela Judicial da Posse e dos Direitos Reais na Reforma do Código de Processo Civil*, sep. *Direito e Justiça*, vol. XIII, T. 1, 1999
- *Da renúncia dos Direitos Reais*, sep. in *O Direito*, Ano 138.º (III), Almedina, 2006, págs. 477 e segs.; e sep. *Estudos em Memória do Professor Doutor José Dias Marques*, Almedina, 2007, págs. 571 e segs.
- *Da natureza jurídica do direito de propriedade horizontal*, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 15, Julho/Setembro, 2006, págs. 3 e segs., e in *Estudos em Honra de Ruy de Albuquerque*, vol. I, FDUL, Coimbra Editora, 2006, págs. 269 e segs.
- *A situação jurídica do superficiário-condómino*, in *ROA*, ano 66, Lisboa, Setembro 2006, págs. 547 e segs.
- *Do direito de sobrelevação*, in *Nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais, Homenagem aos Prof. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier*, Vol. III, Coimbra Editora, 2007, págs. 61 e segs.
- *Aquisição do direito de propriedade na acessão industrial imobiliária*, in *Estudos em Honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão*, vol. I, Almedina, 2008, págs. 637 e segs.
- *Notas breves sobre a cláusula de reserva da propriedade*, in *Estudos em Homenagem ao professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. II, *Faculdade de Direito da UNL*, Almedina, 2011, págs. 321 e segs.

### Em curso de publicação

- *Aquisição sucessória da posse*

## NOTA DA 6.<sup>a</sup> EDIÇÃO

A actividade legislativa, pela quantidade e frequência das alterações do direito positivo, mesmo em áreas tradicionalmente mais estáveis, como o Direito Civil, acelerou, de uns tempos a esta parte, para um ritmo bem diferente do de períodos não muito recuados no tempo. Demonstra suficientemente esta afirmação o facto de, desde a anterior edição do vol. I deste livro, em 3 anos, terem sido introduzidas, no *corpo* do Código Civil, 6 alterações. Demonstração que sairia bem reforçada se se elencassem as introduzidas em diplomas complementares desse Código e noutros de ramos do Direito bem mais distantes, a um primeiro exame, como os que definem a composição, organização e funcionamento do Governo e a competência e organização dos serviços dos seus ministérios, secretarias e subsecretarias de Estado, mas que, por via directa ou indirecta, acabam por interferir com o regime jurídico comum de institutos civis.

Este fenómeno envolve, como consequência imediata, a rápida desactualização dos estudos jurídicos, no plano do direito objectivo, mas também, mediatamente, com frequência, no dogmático, e afasta a razoabilidade de, no esgotamento das suas edições, recorrer a reimpressões.

Vêm estas considerações como justificação da 6.<sup>a</sup> edição deste vol. I que agora se apresenta. Para além de alertar os leitores para o grande momento de alterações que nela existem, em relação à anterior, não cabe dar aqui nota dos diversos domínios em que se verificaram actualizações. Assinala-se apenas a que se considera mais relevante, por envolver um novo instituto no sistema jurídico português: o apadrinhamento civil, criado pela Lei n.º 103/2009, de 11 de Novembro, numa das diferentes matérias em que a sua eficácia se manifesta – como meio de suprimento da incapacidade de exercício dos menores, ao lado da responsabilidade parental, da tutela e da administração de bens, mas com reflexos em qualquer destes.

À semelhança de anteriores edições, foram actualizadas e aditadas várias referências bibliográficas e feitos acertos formais, para eliminar uma ou outra gralha mais *relapsa* e melhorar ou esclarecer a redacção.

Intencionalmente, ou seja, por opção consciente, fundada no desacordo do que nele se dispõe, não é seguido, neste livro, o novo Acordo Ortográfico.

Lisboa, fins de Abril de 2012

O Autor

## PREFÁCIO DA 1.<sup>a</sup> EDIÇÃO

Este livro assenta, no essencial, nas lições policopiadas que, em sucessivas edições da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, serviram de livro de texto a alguns cursos daquela Faculdade na cadeira de Teoria Geral do Direito Civil. Os diversos volumes de que se compunham essas lições foram elaborados em épocas diferentes, por razões que se prendem com incidentes da própria actividade docente, interrompida durante algum tempo, por circunstâncias que não interessa agora recordar.

Daí resultaram assimetrias de vária ordem no tratamento das matérias e até, aqui e além, alguma disparidade de critério e de opinião, resultado natural da evolução que o estudo e a experiência de ensino acarretam, com o repensar dos problemas.

Por isso, nutríamos, a bem dizer desde o momento em que se publicou o último texto, a vontade de uma profunda revisão da obra. Mas não é isso que se faz neste livro, por circunstâncias de diversa ordem, que vão desde a urgência da sua publicação, até, e fundamentalmente, à premência de outras tarefas que neste momento temos por prioritárias.

O facto é que se encontravam esgotados alguns volumes das lições e não fazia sentido reeditá-las, tal como se encontravam. Por isso, nos limitamos agora a remediar os aspectos que nos pareceram mais significativos, limando as assimetrias acima referidas, além de, naturalmente, fazermos os ajustamentos e actualizações que se impunham por efeito de algumas alterações legislativas entretanto ocorridas e em que ressalta a revisão do diploma constitucional.

Para além disso, só em dois pontos sentimos que devíamos ultrapassar o aspecto pouco mais que formal da revisão do texto anterior. Na Introdução, que vai reestruturada, com a adição de algumas matérias, que a própria experiência docente revelou serem de interesse na formação dos alunos. No subtítulo referente ao negócio jurídico, em que procuramos ensaiar um novo tipo de sistematização das matérias, que, esperamos, facilite a compreensão desse complexo tema.

Não pedimos a benevolência dos leitores; apenas contamos que a explicação das condições pouco favoráveis em que este livro é elaborado traga a compreensão para as limitações e os defeitos, que somos os primeiros a reconhecer.

De qualquer modo, a publicação deste novo texto de lições – que ele fundamentalmente procura ser – não nos leva a desistir do propósito de, futuramente, levar a cabo a revisão de fundo, que agora foi posta de lado.

Lisboa, Janeiro de 1983



# ÍNDICE

<b>BIBLIOGRAFIA DO AUTOR</b> . . . . .	7
<b>NOTA DA 6.<sup>a</sup> EDIÇÃO</b> . . . . .	11
<b>PREFÁCIO DA 1.<sup>a</sup> EDIÇÃO</b> . . . . .	13
<b>PRINCIPAIS ABREVIATURAS</b> . . . . .	15

## INTRODUÇÃO

### TÍTULO I O SISTEMA JURÍDICO CIVIL

#### CAPÍTULO I CONCEITO E ÂMBITO DO DIREITO CIVIL

1. Noções prévias . . . . .	21
2. Distinção entre Direito Público e Direito Privado. . . . .	23
3. O Direito Civil como Direito Privado comum . . . . .	28
4. O Direito Civil e o Direito Comercial . . . . .	29
5. O Direito Civil e o Direito do Trabalho . . . . .	32
6. O Direito Civil e o Direito Constitucional . . . . .	36
7. O Direito Civil e alguns ramos do Direito Público . . . . .	41
8. O Direito Civil e o Direito Internacional Privado. . . . .	44
9. A sistematização das normas do Direito Civil. A classificação germânica e sua crítica . . . . .	45
10. Importância do estudo do Direito Civil . . . . .	49
11. Âmbito da disciplina e plano de estudo . . . . .	49

## CAPÍTULO II FONTES DO DIREITO CIVIL

12. Generalidades . . . . .	51
13. Antecedentes do Código Civil vigente. As Ordenações . . . . .	51
14. O Código Civil de 1867 . . . . .	53
15. O Código Civil de 1966: suas principais características . . . . .	55
16. A Reforma do Código Civil . . . . .	57
17. Posteriores alterações do Código Civil . . . . .	59
18. Referência a outros diplomas fundamentais do Direito Civil . . . . .	64

## CAPÍTULO III INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO CIVIL PORTUGUÊS

### SECÇÃO I

#### ANÁLISE SUMÁRIA DA MATÉRIA DO DIREITO CIVIL

19. Direito das Obrigações . . . . .	67
20. Direito das Coisas . . . . .	69
21. Direito da Família . . . . .	71
22. Direito das Sucessões . . . . .	74

### SECÇÃO II

#### PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO CIVIL

23. Generalidades . . . . .	77
24. Os princípios fundamentais do Direito Civil: sua essência e características . . . . .	78
25. A personificação jurídica do Homem . . . . .	81
26. Os direitos da personalidade . . . . .	84
27. A igualdade dos homens perante a lei . . . . .	85
28. A personalidade colectiva . . . . .	91
29. A família como instituição fundamental . . . . .	92
30. A autonomia privada . . . . .	94
31. A responsabilidade civil . . . . .	97
32. A propriedade privada . . . . .	100
33. O fenómeno sucessório . . . . .	103

## TÍTULO II

### A RELAÇÃO JURÍDICA NOÇÃO E MODALIDADES

34. Noção prévia . . . . .	107
35. Descrição da relação jurídica . . . . .	107
36. Elementos da relação jurídica . . . . .	109
37. Legitimidade da técnica da relação jurídica . . . . .	112
38. Sistematização da matéria . . . . .	114
39. Modalidades da relação jurídica; razão de ordem . . . . .	117
40. Relações jurídicas próprias e relações jurídicas impróprias . . . . .	117
41. Relações jurídicas absolutas e relações jurídicas relativas . . . . .	118
42. Relações jurídicas simples e relações jurídicas complexas . . . . .	120

# TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA

## PARTE I PRESSUPOSTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

### TÍTULO I AS PESSOAS

#### SUBTÍTULO I NOÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I PRELIMINARES

43. Generalidades . . . . .	125
44. A posição das pessoas na relação jurídica . . . . .	126
45. Noção de pessoa jurídica . . . . .	128
46. Pessoas jurídicas singulares e pessoas jurídicas colectivas . . . . .	129

#### CAPÍTULO II CONCEITOS FUNDAMENTAIS

##### SECÇÃO I

##### PERSONALIDADE, CAPACIDADE JURÍDICA E LEGITIMIDADE

47. Noção de personalidade . . . . .	131
48. Capacidade jurídica . . . . .	132
49. Capacidade de gozo e capacidade de exercício . . . . .	133
50. Capacidade genérica, capacidade específica e capacidade particular . . . . .	134
51. Incapacidade jurídica . . . . .	136
52. Suprimento da incapacidade . . . . .	137
53. Suprimento da incapacidade: meios de suprimento; remissão . . . . .	138
54. Suprimento da incapacidade: formas de suprimento . . . . .	139
55. Fixação da terminologia . . . . .	141
56. Legitimidade . . . . .	142

##### SECÇÃO II

##### ESFERA JURÍDICA E PATRIMÓNIO

57. Noção de esfera jurídica . . . . .	146
58. Divisões da esfera jurídica . . . . .	146
59. Noção de património . . . . .	147
60. Funções do património . . . . .	148
61. Função interna do património . . . . .	149
62. Função externa do património: generalidades . . . . .	152
63. Função externa do património: alargamento da garantia . . . . .	153
64. Função externa do património: limitação da garantia . . . . .	154
65. Função externa do património: conservação da garantia . . . . .	155
66. Património autónomo . . . . .	157
67. Património colectivo . . . . .	160

**SECÇÃO III**  
**ESTADO PESSOAL**

68.	Colocação do problema . . . . .	164
69.	Noção de estado pessoal . . . . .	165
70.	Estado civil . . . . .	166
71.	Relevância do estado pessoal . . . . .	167
72.	Modalidades do estado pessoal . . . . .	168

**CAPÍTULO III**  
**INDIVIDUALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS**

73.	Generalidades . . . . .	169
74.	Noção de individualização . . . . .	170
75.	Elementos da individualização . . . . .	171
76.	Elementos da individualização (cont.): o nome civil . . . . .	175
77.	Elementos da individualização (cont.): figuras afins do nome civil . . . . .	184
78.	Noção de identificação . . . . .	187
79.	Meios de identificação . . . . .	188
80.	A individualização das pessoas e o registo . . . . .	193

**SUBTÍTULO II**  
**AS PESSOAS SINGULARES**

**CAPÍTULO I**  
**PRELIMINARES**

81.	Razão de ordem . . . . .	195
-----	--------------------------	-----

**CAPÍTULO II**  
**PERSONALIDADE**

**SECÇÃO I**  
**COMEÇO DA PERSONALIDADE**

82.	Requisitos da personalidade. . . . .	199
83.	Condição jurídica dos nascituros . . . . .	201
84.	O registo de nascimento . . . . .	206

**SECÇÃO II**  
**TERMO DA PERSONALIDADE**

85.	A morte como termo da personalidade. A tutela da personalidade após a morte . . . . .	208
86.	O registo de óbito: regime geral . . . . .	211
87.	O registo de óbito: regimes especiais . . . . .	214
88.	Morte conjunta de várias pessoas . . . . .	214
89.	Ignorância da causa da morte e morte com suspeita de crime . . . . .	216
90.	Morte não registada no prazo legal . . . . .	217
91.	Morte sem possibilidade de identificação do cadáver . . . . .	218
92.	O cadáver: sua natureza (remissão) e destino. . . . .	219

**SECÇÃO III**  
**DIREITOS DA PERSONALIDADE**

93. Noção . . . . .		221
94. Características dos direitos da personalidade . . . . .		224
95. Fixação da terminologia; figuras afins . . . . .		227
96. Assento legal da matéria . . . . .		229
97. O elenco dos direitos da personalidade. O direito geral de personalidade . . . . .		231

**CAPÍTULO III**  
**CAPACIDADE JURÍDICA**

**SECÇÃO I**  
**PRELIMINARES**

98. Generalidades; plano de estudo . . . . .		239
99. A nacionalidade . . . . .		240
100. O sexo . . . . .		244
101. A situação familiar . . . . .		245

**SECÇÃO II**  
**ELEMENTOS DA CAPACIDADE**

**DIVISÃO I**  
**A IDADE**

**SUBDIVISÃO I**  
**PRELIMINARES**

102. Generalidades . . . . .		250
103. Sede legal da matéria . . . . .		252

**SUBDIVISÃO II**  
**DURAÇÃO DA INCAPACIDADE DOS MENORES**

104. Começo e termo da incapacidade dos menores . . . . .		254
105. Estado civil de menor e incapacidade por menoridade . . . . .		257
106. A maioridade . . . . .		258
107. A emancipação . . . . .		259

**SUBDIVISÃO III**  
**ÂMBITO DA INCAPACIDADE DOS MENORES**

108. Razão de ordem . . . . .		264
109. Efeitos da menoridade na capacidade de gozo . . . . .		264
110. Efeitos da menoridade na capacidade de exercício . . . . .		265
111. A imputabilidade dos menores . . . . .		269

**SUBDIVISÃO IV**  
**SUPRIMENTO DA INCAPACIDADE DOS MENORES**

112. Formas de suprimento . . . . .		271
113. Meios de suprimento: remissão . . . . .		272

§ 1.º

114. Natureza da responsabilidade parental . . . . .		273
115. Âmbito da responsabilidade parental . . . . .		274
116. Titularidade e exercício da responsabilidade parental: generalidades . . . . .		279

117. Titularidade e exercício da responsabilidade parental: progenitores casados. . . . .	280
118. Titularidade e exercício da responsabilidade parental: dissolução do matrimónio por morte. . . . .	284
119. Titularidade e exercício da responsabilidade parental: dissolução do matrimónio por divórcio e factos equiparados . . . . .	284
120. Titularidade e exercício da responsabilidade parental: impedimento dos progenitores. . . . .	289
121. Titularidade e exercício da responsabilidade parental: guarda do filho por terceira pessoa . . . . .	291
122. Titularidade e exercício da responsabilidade parental: regime especial . . . . .	293
123. Titularidade e exercício da responsabilidade parental: progenitores não casados. . . . .	295
124. Inibição do exercício da responsabilidade parental . . . . .	297
125. Limitações ao exercício da responsabilidade parental . . . . .	299
126. Cessação da responsabilidade parental . . . . .	303

### § 2.º

#### O APADRINHAMENTO CIVIL

126-A. Noção . . . . .	304
126-B. Modo de constituição. . . . .	305
126-C. Regime de suprimento . . . . .	307
126-D. Cessação . . . . .	309
126-E. Registo . . . . .	310
126-F. Caracterização do apadrinhamento civil . . . . .	310

### § 3.º

#### A TUTELA

127. Quando se institui a tutela . . . . .	311
128. Como se institui a tutela . . . . .	313
129. Âmbito da tutela . . . . .	313
130. Órgãos da tutela . . . . .	314
131. Cessação da tutela . . . . .	319
132. Casos especiais de tutela . . . . .	320

### § 4.º

#### A ADMINISTRAÇÃO DE BENS

133. Quando se institui a administração de bens: noções gerais . . . . .	320
134. Administração de bens em conjunto com a responsabilidade parental . . . . .	322
135. Administração de bens em conjunto com a tutela . . . . .	323

### § 5.º

#### CASOS ESPECIAIS DE SUPRIMENTO DA INCAPACIDADE DOS MENORES

136. Generalidades . . . . .	324
137. Representantes especiais . . . . .	324
138. Protutor . . . . .	326
139. Agente do Ministério Público . . . . .	326
140. Representantes de facto . . . . .	327

## SUBDIVISÃO V

### VALOR DOS ACTOS PRATICADOS POR MENORES

141. Princípios gerais . . . . .	329
142. Regime jurídico da anulação dos actos dos menores: considerações gerais . . . . .	331
143. Regime jurídico da anulação dos actos dos menores: legitimidade . . . . .	332
144. Regime jurídico da anulação dos actos dos menores: prazo de arguição . . . . .	334
145. Regime jurídico da anulação dos actos dos menores: forma de arguição . . . . .	337
146. Inoponibilidade da anulabilidade . . . . .	337

DIVISÃO II  
DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS E HÁBITOS DE VIDA

SUBDIVISÃO I

PRELIMINARES

147. Generalidades . . . . .	340
148. Quadro destas incapacidades . . . . .	341

SUBDIVISÃO II

INTERDIÇÃO

149. Ideia geral de interdição e suas causas . . . . .	343
150. Como se decreta a interdição . . . . .	344
151. Âmbito da interdição. Princípios gerais . . . . .	347
152. Efeitos da interdição na capacidade de gozo . . . . .	348
153. Efeitos da interdição na capacidade de exercício . . . . .	348
154. Suprimento da incapacidade por interdição . . . . .	349
155. Valor dos actos praticados por interditos. Generalidades . . . . .	353
156. Valor dos actos praticados por interditos antes do anúncio da acção . . . . .	354
157. Valor dos actos praticados por interditos entre o anúncio da acção e o registo da sentença . . . . .	355
158. Valor dos actos praticados por interditos após o registo da sentença . . . . .	357
159. Cessação da interdição . . . . .	357

SUBDIVISÃO III

INABILITAÇÃO

160. Ideia geral da inabilitação e suas causas . . . . .	359
161. Como se decreta a inabilitação . . . . .	361
162. Âmbito da inabilitação. Princípios gerais . . . . .	362
163. Efeitos da inabilitação na capacidade de gozo . . . . .	363
164. Efeitos da inabilitação na capacidade de exercício . . . . .	364
165. Suprimento da incapacidade por inabilitação . . . . .	365
166. Valor dos actos praticados por inabilitados; remissão . . . . .	366
167. Cessação da inabilitação . . . . .	367

SUBDIVISÃO IV

INCAPACIDADE DO ART. 131.º DO CÓDIGO CIVIL

168. Posição do problema . . . . .	369
169. Regime jurídico dos incapazes do art. 131.º . . . . .	370
170. Meios de suprimento da incapacidade do art. 131.º . . . . .	372
171. Análise crítica do regime do art. 131.º . . . . .	373

SUBDIVISÃO V

INCAPACIDADE DE FACTO

172. Posição do problema . . . . .	375
173. A incapacidade de facto como situação estável . . . . .	376
174. A incapacidade de facto como situação atomística . . . . .	377
175. A incapacidade acidental . . . . .	378

DIVISÃO III

INSOLVÊNCIA

176. Generalidades . . . . .	381
177. Noção de insolvência . . . . .	382
178. Forma de declaração da insolvência . . . . .	382

179. Efeitos da insolvência; remissão . . . . .	383
180. Regime das limitações à capacidade do insolvente . . . . .	384
181. Qualificação da situação jurídica do insolvente . . . . .	388
182. Cessão de bens aos credores . . . . .	390

## CAPÍTULO IV DOMICÍLIO

183. Generalidades . . . . .	391
184. Paradeiro e residência . . . . .	392
185. Noção de domicílio . . . . .	393
186. Modalidades de domicílio . . . . .	394
187. Domicílio geral e especial (profissional e electivo) . . . . .	394
188. Domicílio voluntário e legal (necessário) . . . . .	396
189. Importância do domicílio . . . . .	400

## CAPÍTULO V AUSÊNCIA

### SECÇÃO I PRELIMINARES

190. Generalidades . . . . .	403
191. Noção de ausência . . . . .	403
192. A ausência qualificada e sua relevância . . . . .	405
193. Fases da ausência . . . . .	406

### SECÇÃO II AUSÊNCIA PRESUMIDA

194. Requisitos . . . . .	409
195. Meio de declaração da ausência presumida . . . . .	411
196. Efeitos da ausência presumida e regime de suprimento: o curador provisório . . . . .	412
197. Termo da curadoria provisória . . . . .	413

### SECÇÃO III AUSÊNCIA DECLARADA OU JUSTIFICADA

198. Requisitos . . . . .	414
199. Meio de justificação da ausência . . . . .	414
200. Efeitos da ausência justificada e regime de suprimento: os curadores definitivos . . . . .	415
201. Termo da curadoria definitiva . . . . .	416

### SECÇÃO IV MORTE PRESUMIDA

202. Requisitos . . . . .	418
203. Meio de decretar a morte presumida . . . . .	419
204. Efeitos da morte presumida . . . . .	419
205. Regresso do ausente . . . . .	421
206. Direitos eventuais do ausente . . . . .	423



SUBTÍTULO III  
AS PESSOAS COLECTIVAS

**CAPÍTULO I  
PRELIMINARES**

207. O <i>fenómeno</i> pessoa colectiva . . . . .	425
208. Noção prévia . . . . .	426
209. Razão de ordem . . . . .	427
210. Plano de estudo . . . . .	429
211. Sede legal da matéria . . . . .	434

**CAPÍTULO II  
CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS COLECTIVAS**

SECÇÃO I  
ELEMENTOS DA PESSOA COLECTIVA

DIVISÃO I  
ELEMENTOS INTERNOS

212. O substrato . . . . .	437
213. A organização formal: generalidades . . . . .	438
214. A organização formal: noção de órgão e suas modalidades . . . . .	439
215. O reconhecimento e suas modalidades . . . . .	443

DIVISÃO II  
ELEMENTOS EXTERNOS

216. Fim da pessoa colectiva . . . . .	447
217. Objecto da pessoa colectiva . . . . .	450

SECÇÃO II  
MODALIDADES DAS PESSOAS COLECTIVAS

DIVISÃO I  
CLASSIFICAÇÕES DE PESSOAS COLECTIVAS

§ 1.º

AS PESSOAS COLECTIVAS QUANTO À NACIONALIDADE

218. A nacionalidade das pessoas colectivas . . . . .	452
219. Pessoas colectivas internas e pessoas colectivas internacionais e comunitárias . . . . .	453
220. Pessoas colectivas nacionais e pessoas colectivas estrangeiras . . . . .	454
221. Relevância da nacionalidade das pessoas colectivas . . . . .	457

§ 2.º

AS PESSOAS COLECTIVAS PÚBLICAS E PRIVADAS

222. Colocação do problema . . . . .	458
223. Critério do fim . . . . .	459
224. Critério da titularidade de poderes de autoridade . . . . .	461
225. Critério da criação . . . . .	462
226. Critério da integração . . . . .	463
227. Critérios ecléticos . . . . .	464
228. Posição adoptada . . . . .	466

## CAPÍTULO II AS COISAS

### SECÇÃO I NOÇÃO DE COISA

337. Diversos sentidos da expressão . . . . .	669
338. Noção legal de coisa: crítica e posição adoptada . . . . .	670

### SECÇÃO II CLASSIFICAÇÃO DAS COISAS

#### DIVISÃO I PRELIMINARES

339. Necessidade de classificação das coisas . . . . .	675
340. Critérios de classificação . . . . .	676
341. Sentido das classificações . . . . .	677

#### DIVISÃO II AS COISAS QUANTO ÀS SUAS QUALIDADES

342. Coisas materiais e coisas imateriais . . . . .	679
343. Coisas corpóreas e coisas incorpóreas . . . . .	679
344. Coisas no comércio e coisas fora do comércio . . . . .	681
345. Coisas imóveis e coisas móveis; critério da classificação . . . . .	685
346. Categorias de coisas imóveis . . . . .	689
347. Categorias de coisas móveis . . . . .	695
348. Relevância da classificação das coisas em imóveis e móveis . . . . .	697
349. Coisas registáveis e coisas não registáveis . . . . .	700
350. Coisas fungíveis e coisas não fungíveis . . . . .	702
351. Coisas consumíveis e coisas inconsumíveis . . . . .	705
352. Coisas deterioráveis e coisas não deterioráveis . . . . .	707
353. Coisas divisíveis e coisas indivisíveis . . . . .	708
354. Coisas presentes e coisas futuras . . . . .	710

#### DIVISÃO III AS COISAS QUANTO ÀS RELAÇÕES ENTRE ELAS EXISTENTES

355. Coisas simples e coisas compostas . . . . .	712
356. As universalidades de facto . . . . .	715
357. Coisa componente e parte integrante; remissão . . . . .	717
358. Coisas principais e coisas acessórias: noção legal . . . . .	717
359. Coisa acessória em sentido amplo: pertenças, frutos, produtos e benfeitorias . . . . .	721

## CAPÍTULO III OUTRAS CATEGORIAS DE BENS

360. Prestações: noção e modalidades . . . . .	727
361. Direitos subjectivos . . . . .	729
362. Pessoas . . . . .	732
363. Natureza jurídica do cadáver . . . . .	736
364. Efeitos jurídicos . . . . .	740
365. Bens da personalidade . . . . .	740
366. Universalidades de direito . . . . .	741